

# *A LEI 10.639/2003 E O PROGRAMA NACIONAL DA BIBLIOTECA NA ESCOLA DO ANO DE 2013: COMO A TEMÁTICA ÉTNICO-RACIAL TEM SIDO TRATADA PELO PROGRAMA DEZ ANOS APÓS A SUA IMPLEMENTAÇÃO?*

*LAW 10.639/2003 AND THE NATIONAL LIBRARY PROGRAM AT SCHOOL OF THE YEAR 2013: HOW HAS THE PROGRAM'S ETHNIC-RACIAL THEME BEEN TREATED TEN YEARS AFTER ITS IMPLEMENTATION?*

LIMA, Felipe\*

<https://orcid.org/0000-0002-8671-747X> 

BÁRBARA, Jaqueline Santa\*\*

<https://orcid.org/0000-0001-8976-0476> 

**RESUMO:** Considerando a Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatórios o ensino e a discussão da temática étnico-racial dentro das escolas, este artigo investiga a presença da cultura negra ou indígena dentro da coleção de livros do Programa Nacional da Biblioteca na Escola/2013. A abordagem metodológica é qualitativa e quantitativa de cunho documental e abrange um itinerário de inspiração etnográfica, uma vez que se apropria da técnica da entrevista quando indaga a algumas professoras sobre a utilização dos livros da referida biblioteca nos contextos formativos em que atuam. O referencial teórico utilizado é baseado em autores do campo da educação cuja discussão evidencia os conteúdos e as formas dos livros como instrumentos promotores de cultura. Minimamente, os livros do PNBE/2013 atendem aos requisitos da lei supracitada, cuja orientação é a de que os professores levem os contextos formativos para o espaço em que atuam, levantando as discussões sobre questões étnico-raciais com a intencionalidade de forjar indivíduos que respeitem o outro.

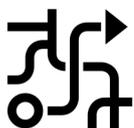
**Palavras-chave:** História; pós-modernismo; teoria; relativismo; linguagem.

**ABSTRACT:** In view of Law 10.639/2003, which made it compulsory to teach and discuss ethnic-racial issues within schools, this article investigates the presence of black or indigenous culture within the collection of books from the National Library Program at School / 2013. The methodological approach is qualitative and quantitative of documentary nature and covers an ethnographic-inspired itinerary since it appropriates the technique of the interview when it asks some teachers about the use of the books in that library in the training contexts in which they work. The theoretical framework used is based on authors from the field of education whose discussion highlights the contents and forms of books as a tool that promotes culture. At a minimum, the PNBE / 2013 books meet the requirements of the aforementioned law, whose orientation is that teachers take the training contexts to the space in which they work, raising discussions on ethnic-racial issues with the intention of forging individuals who respect the other.

**Keywords:** Literature; Preconception; Non-verbal dimension of the book.

\* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus de Três Lagoas (UFMS/CPTL) – Brasil. Bolsista da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT). E-mail: [felipelima\\_silva@outlook.com](mailto:felipelima_silva@outlook.com).

\*\* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus de Três Lagoas (UFMS/CPTL) – Brasil. E-mail: [jaquesantabarbara@gmail.com](mailto:jaquesantabarbara@gmail.com).



## INTRODUÇÃO

Quando éramos crianças, adorávamos fazer parte do mundo imaginário, fantasioso, cheio de magia e mistérios que a literatura nos proporcionava com seus contos e fábulas, mesmo que não fôssemos os leitores da história. Compreende-se a literatura como um dos principais mecanismos capazes de ajudar na formação social do indivíduo, devido ao seu poder de formação de caráter do ser humano; entretanto, sua concepção se dá de forma diferente do valor que atribuímos a ela nos dias de hoje, em que tem sido utilizada como um mecanismo de controle de massas e protótipo educativo – sobretudo de mulheres, que constituíram suas concepções de mundo a partir daquilo que essas histórias lhes ensinavam desde a sua primeira infância.

Cada história que passamos a conhecer traz em seu contexto significados, ideologias e visões de mundo únicas que podem ajudar numa compreensão segura do significado da própria vida, processo importante na maturação do indivíduo. A sabedoria do ser é construída a partir de pequenos passos por meio do começo mais coloquial possível, permitindo que ele adquira a partir de experiências e ensinamentos aprendidos a capacidade de entender a si e aos outros. É aqui que a literatura entra, pois ela é capaz de ajudar a criança no encontro do eu, garantindo um acesso profundo e significativo às questões torrenciais desse ser tão pequeno – como, por exemplo, qual o seu papel na sociedade e o caminho a ser trilhado durante a sua vida. Os contos de fadas, os contos, os poemas, enfim, todo esse mundo rico construído pela literatura é o mediador da aprendizagem de problemas íntimos dos seres humanos, transmitindo significados manifestos e latentes que ajudam na solução de dificuldades cotidianas.

Entretanto, essas histórias falham ao construírem a visão da criança a partir de um único biótipo detentor de beleza, digno de salvação e atenção: o homem branco europeu. O negro muitas vezes não é ilustrado na história, ou sequer aparece como personagem coadjuvante do enredo ali contado, o que contribuiu para a construção de uma imagem negativa dos povos africanos já nesse contexto; afinal, quem quer ficar excluído da história ou ser digno de ser salvo por um príncipe?

Com o advento da Lei nº 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira nas escolas do país, os olhares se voltaram com maior atenção às temáticas de cunho étnico-racial, tendo em vista o descaso com a história do negro no Brasil.

Assim, a mesma lei, passa a considerar o ensino de temas étnico-raciais essencial para a constituição e o entendimento por parte da sociedade, do negro, como alicerce



fundador a sua constituição atual. Isso faz com que as editoras prestem mais atenção à inserção desse personagem nas histórias que chegam até às escolas de todo o país. Todavia, essa inserção muitas vezes pode ser feita de forma distorcida, por meio da construção de estereótipos negativos ligados à constituição de mentiras sobre um povo que tanto sofreu nas mãos de outros que se achavam dignos de dominá-lo.

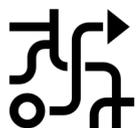
O personagem negro, inserido na literatura de cunho infantil, muitas vezes é constituído de forma inferior quando ligado ao personagem branco, o que nos leva a inferir uma série de possibilidades subversivas quanto à cultura afro-brasileira e ao próprio indivíduo negro; afinal de contas, quem quer ser o vilão e o herói nessa história?

O artigo busca constatar a presença da identidade negra dentro dos livros distribuídos pelo Ministério da Educação nas escolas brasileiras, compreendendo como se dá a sua constituição em meio às histórias. O texto está dividido em: caminhos metodológicos, em que se apresenta de que forma o trabalho é desenvolvido; a fundamentação teórica, que contribui para um melhor entendimento do tema com a apresentação dos sujeitos entrevistados e do desenvolvimento de seu trabalho com a temática étnico-racial nas salas de aula; a análise de dados, em que analisamos os livros feitos a partir da coleção do PNBE/2013; e as conclusões, que nos levam a perceber que, por muitas vezes, essa inserção da identidade negra dentro de uma história se dá de forma distorcida ou constituída em cima de um estereótipo negativo.

Destaca-se a necessidade de ampliar a discussão para além das análises das práticas pedagógicas e escolares, entendendo a complexa e emergencial necessidade de políticas públicas de democratização da leitura pela dilatação de acesso, incrementando as salas de aula e bibliotecas escolares de leituras com representatividade e superação de dogmas, dada a importância de romper definitivamente com a dicotomia entre livros com valor literário e os exclusivamente pedagógicos. A análise a partir do PNBE pretende verificar como esse recurso influencia a formação do leitor literário e supera questões didáticas, promovendo reflexões mais amplas que tragam experiências significativas para as crianças, não só padronizando saberes, mas estimulando a imaginação, a criticidade e a sua autonomia.

## ***CAMINHOS METODOLÓGICOS***

Com base na problemática levantada, que aborda a forma como o negro é inserido dentro da literatura infantil, a pesquisa de cunho qualitativo e quantitativo de inspiração etnográfica tem por objetivo entrevistar professores do ciclo fundamental de educação



considerando a relevância da temática étnico-racial dentro da sala de aula. As entrevistas tinham como questão central a compreensão do processo de escolha dos livros a serem trabalhados com as crianças no espaço escolar. Diante das respostas, nos vimos obrigados a ampliar as expectativas da pesquisa e avançamos para uma análise documental dos livros indicados pelos/as entrevistados/as, pois os livros compõem as caixas do PNBE distribuídas aos municípios do país durante o ano de 2013. Serão analisados 60 livros considerando a Lei nº 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino das temáticas étnico-raciais na escola, como mote da pesquisa. Nesse sentido, buscamos nos livros a presença da identidade negra para explicitar as questões étnico-raciais nas histórias, apoiando-nos nos dados das entrevistas.

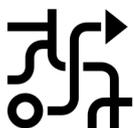
Em seguida, trazemos uma catalogação dos 60 livros considerando o título da obra, o autor, o ano em que foi lançado e a editora que o produziu em busca das questões étnico-raciais, observando a assiduidade ou não da abordagem dessa temática e a construção de estereótipos. Portanto, as análises resultam do entrelaçamento dos dados obtidos com as entrevistas e da persecução da temática étnico-racial nos livros selecionados e constantes na coleção do PNBE de acordo com as indicações dos/as entrevistados.

A escolha pelo material de 2013 do PNBE justifica-se devido à comemoração de uma década da promulgação da lei que insere a temática nos currículos escolares, lançando um olhar em perspectiva para enxergar as possíveis alterações ocorridas após dez anos de sua vigência e a sua influência sobre as literaturas que estão sendo oferecidas para as escolas municipais pelo Ministério da Educação.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A literatura faz parte do contexto sócio cultural do homem desde a Antiguidade. É praticamente impossível definir uma data de surgimento, ou como o conceito de literatura se constituiu entre os homens, mas sabe-se que o homem é responsável pelo seu surgimento devido à maneira de transmitir a herança cultural da espécie (COSTA, 2008). Por ser um mecanismo importante de transmissão da tradição e da herança cultural desde a sua gênese, a literatura pode em si estar carregada de preconceitos e transmitir ideologias ainda na infância, período de formação do indivíduo.

Na Europa, no século XV, já era possível encontrar livros considerados de “literatura infantil”, já que suas temáticas eram voltadas às crianças – ainda que sua construção fosse subsidiada pela Igreja e esses livros, conseqüentemente, estivessem desvirtuados de seu objetivo original, ou seja, o tema é direcionado a criança, mas com objetivo mais pedagógico do que



literário. Já no Brasil, a literatura se configura a partir do ano de 1808, com a implantação da imprensa régia (COSTA, 2008).

Ramos e Paiva (2014) ressaltam que os textos, contos e histórias presentes em um livro são a materialização do pensamento humano e que, a partir das visões da sociedade, são capazes de registrar evoluções dirigidas ao discurso que desempenham uma função cultural. Considerando esse pensamento, podemos dizer que os livros possuem em si uma força capaz de modificar as conformidades sociais, fazendo com que a sociedade passe a se questionar quanto às conveniências de cada grupo social – como, por exemplo, o preconceito racial.

Buendgens e Carvalho (2016) consideram que o preconceito é uma produção humana estabelecida nas relações sociais e tem como base os meios desiguais de produção de vida. A literatura infantil, por se constituir como um mecanismo de construção do homem com base em suas leituras de contos e fábulas, a partir de sua minoridade, pode ser o caminho central na luta pela desestabilização dessa ideologia na sociedade.

A literatura tem importante papel na construção da identidade dos afrodescendentes e na valorização cultural desses povos, além de seu caráter formativo e educativo para o exercício da cidadania e da convivência com a diversidade. Entretanto, a grande maioria das obras não problematiza de modo mais direto as relações de poder e assimetrias entre brancos e negros: questões como preconceito e racismo, por exemplo, não são explicitamente tratadas. O combate ao racismo deve ser tema de discussão entre os estudantes na sala de aula; a literatura deve estar a serviço da informação e da reflexão sobre as práticas sociais vigentes e as relações étnico-raciais, a fim de que a cultura negra seja de fato valorizada, não como curiosidade ou exotismo, mas como elemento constitutivo da cultura e da sociedade brasileira (CABRAL; MARTINHAGO; CAROLA, 2018).

Os livros voltados à educação infantil naturalmente têm especificidade em relação à sua linguagem, ao seu público-alvo e às suas características estéticas – formatos, dimensões, assuntos e montagens de cenas interativas. A leitura, antes mesmo da alfabetização, treina a criança a relativizar o que sente e entende da obra pela acessibilidade de suas formas (RAMOS; PAIVA, 2014).

Considerando esta vertente, a literatura deve ser vista como ferramenta para levar o debate sobre o respeito e as diferenças à sala de aula; se a classe se conformar com a vulgarização dos termos como diferença e preconceito, reafirmará a hierarquia da desigualdade. Street (2000) credita às páginas dos livros novas funções semióticas com outras potencialidades e especificidades capazes de atender a públicos-alvo novos e/ou ampliados, deixando os livros com mais de uma forma de estruturação, com modalidades capazes de movimentar saberes e conhecimentos em diferentes áreas.

A literatura infantil, por meio da ludicidade e da linguagem leve e adequada ao imaginário infantil, colabora para que até mesmo assuntos mais complexos sejam discutidos – como o respeito às diferenças, o combate ao racismo e a intolerância, uma vez que na infância ocorre a construção da



identidade. A infância é o período no qual tudo aquilo a que os pequenos têm acesso e com que convivem se tornam referenciais na construção de suas teorias de mundo, suas ideias de família, de sociedade, de relações e de si mesmos. A escola, ambiente institucional e sociocultural propício para o conhecimento e a transmissão da herança cultural, deve contribuir para a formação de leitores fluentes social, cultural e eticamente com acervos que tematizem, através de narrativas, a representatividade nas ilustrações e imagens, ampliando o acervo e, principalmente, o repertório das crianças. É fundamental que o professor reflita sobre as obras literárias no currículo escolar e no conteúdo da disciplina que irá lecionar aos seus alunos, bem como sobre as atividades que proporá para os educandos desenvolverem em classe. No caso do livro didático e dos livros da literatura infantil, a percepção da representação do negro por meio das imagens presentes nas publicações é imprescindível para a criança.

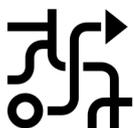
Arbolea (2013) aponta que as narrativas infantis influenciam a concepção estética e o sentido de beleza da criança, não apenas por meio da representação iconográfica, mas também da identidade étnica e cultural e da própria imagem que se constrói de cada personagem com base em sua experiência no enredo da história.

Do ponto de vista de Bakhtin (1992), é neste aspecto que as narrativas funcionam como estratégias formadoras de consciência; isto é, a leitura de uma história, um conto, uma narrativa qualquer pode proporcionar a oportunidade de o leitor se deparar com situações vividas pelas personagens que provocará nele sensações, reflexões e formas de identificação que são capazes de acrescentar valores à consciência do leitor ao se identificar com os personagens, gerando assim um conhecimento ético e estético.

Os educadores devem ter muito bem definidos seus compromissos sociais para que, com objetividade, implantem ações que realmente façam com que as desigualdades étnicas sejam discutidas, e não dissimuladas dentro da própria sala de aula. O “mascaramento” das diferenças entre as etnias faz com que comportamentos como o racismo continuem intactos; todavia, o professor não pode em momento algum ser conivente com essa prática. A dificuldade de se posicionar diante do preconceito étnico faz com que o educador legitime ainda mais situações de cunho preconceituoso (LIMA; ROMÃO; SILVEIRA, 1998).

Arbolea (2013) ressalta que uma obra literária, qualquer que seja ela, faz com que as crianças, ao associarem os conflitos das personagens à sua prática cotidiana, construam reflexões e interconexões com a obra tanto a partir de sua própria experiência quanto por meio das mediações do trabalho pedagógico do professor. Uma história infantil, contudo, não é, ou quase nunca é, escrita por crianças; é uma obra dirigida a este público, mas é de invenção e intenção do adulto (MEIRELES, 1984).

Na construção estereotípica dos personagens, destacamos que, a partir dos valores da cultura eurocêntrica, branca, cristã e ocidental, outros valores foram convencionados, como a representação iconográfica e ideológica da maldade através de personagens como lobos e bruxas,



habitantes hediondos da floresta – indicando, desde então, o eterno conflito da civilidade urbana *versus* a barbaridade do campo e da floresta –, além da associação quase que imediata do mal com pessoas feias. Ressaltamos, ainda, que a representação da ideia de beleza como clássica e universal através da descrição física e psicológica da Branca de Neve, por exemplo, ressalta aspectos físicos e culturais de uma determinada raça. Nessa construção estereotípica, o negro é normalmente tornado coadjuvante na ação e, por consequência, na vida; a partir dela, pode-se ressaltar, intencionalmente ou não, relações de poder e padrões de beleza que convenciam imagens estereotipadas em mensagens morais (ARBOLEYA, 2013).

A literatura brasileira infantil contemporânea oferece obras que valorizam a diversidade e o lugar do negro na sociedade, embora isso seja relativamente recente e essas obras não sejam todas de fácil acesso ao público em geral. É importante que o professor, como mediador desse caminho, disponibilize essas obras a seus alunos e converse com eles sobre o assunto, provocando a reflexão sobre a vida em sociedade, a causa e a complexidade das desigualdades sociais, favorecendo o desenvolvimento do respeito à diversidade cultural para a construção de uma sociedade democrática em que as diferenças étnicas não se tornem pretexto para exclusões e atitudes preconceituosas.

Ao estudar obras literárias que ressaltam a importância da cultura afro-brasileira, o estudante negro desenvolve sua autoestima, tem sua identidade étnica confirmada e valorizada e vislumbra a possibilidade de reconstruir a história do seu povo. Os demais estudantes aprendem a valorizar a diversidade cultural do nosso país e a respeitá-la, compreendendo criticamente as relações sociais e aderindo a atitudes contrárias ao racismo (CABRAL; MARTINHAGO; CAROLA, 2018).

A educação é uma das ferramentas mais privilegiadas e capazes de transformar o homem biológico em homem social, o inculto em uma pessoa culta. É o único instrumento hábil para a transformação dos sujeitos, a fim de que eles, por sua vez, sejam capazes de transformar a sociedade, como afirmava Paulo Freire. A escola deve ter o papel de destacar do indivíduo o preconceito que traz impregnado em si, devido ao convívio em seu meio social particular. Por ser um espaço de aprendizagem da convivência, nela se encontram reunidas diferentes etnias; logo, a escola deve prezar pelo espírito de democracia entre seus estudantes e funcionários.

A Lei nº 10.639/2003, aprovada em maio do mesmo ano, por exemplo, é um dos instrumentos de validação da educação para tratar da temática com cientificidade, uma vez que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira. No período pós abolição da escravatura foi na educação que a população negra viu a chance de alcançar novos postos e enfrentar os/as brancos/as numa sociedade em pleno processo de modernização. A lei garante que a história da África seja tratada numa perspectiva positiva, sem privilegiar apenas as denúncias da miséria que atinge o continente. A aprovação da lei foi de suma importância para que os negros tivessem parte dos seus direitos efetivados.



Já no ano de 2013, dez anos após a promulgação da 10.639/2003, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) sofre uma atualização e, em seu artigo 26, passa a definir que nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre história e cultura afro-brasileira; o conteúdo programático inclui o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro às áreas social, econômica e política na história do Brasil.

O documento inclui ainda, a partir do artigo 79b, o dia 20 de novembro como Dia da Consciência Negra, obrigatório no calendário escolar. É importante frisar que a identidade do negro e do afrodescendente deve ser trabalhada durante todo o ano letivo, não se restringindo às datas comemorativas da abolição da escravatura, em 13 de maio, e da morte de Zumbi dos Palmares, em 20 de novembro (Dia da Consciência Negra), para que crianças e jovens aprendam mais sobre suas histórias, a fim de desconstruir possíveis mecanismos de racismo.

Estudar temas provenientes da história e da cultura afro-brasileira e africana não é importante apenas para aos negros e afrodescendentes, mas para todos os brasileiros, em prol de uma sociedade mais democrática. Deste modo, o protagonismo negro favorece tanto a autoestima da criança negra quanto a criança não negra que vê os personagens negros representados, o que contribui para uma ruptura do processo de exclusão e preconceito, em busca do caminho da equidade. É importante contar a história pelo viés de negros notáveis, que fizeram contribuições importantes, mas, muitas vezes, tiveram suas memórias apagadas ou esquecidas – assim como utilizar as possibilidades de trabalho a partir da literatura e dar voz às crianças, respeitar e valorizar o seu lugar de fala, rompendo o silenciamento e promovendo oportunidades de partilha para uma formação leitora e de indivíduos capazes de perceber e enaltecer outras vidas, outras culturas e experiências.

Segundo o Ministério da Educação, o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), desenvolvido desde 1997, tem o objetivo de promover o acesso à cultura e o incentivo à leitura de alunos e professores por meio da distribuição de acervos de obras de literatura. O atendimento é feito de forma a abranger, de forma universal e gratuita, todas as escolas públicas de educação básica cadastradas no Censo Escolar.

O programa divide-se em três ações: PNBE Literário, que avalia e distribui as obras literárias, cujos acervos literários são compostos por textos em prosa (romances, contos, crônicas, memórias, biografias e teatro), em verso (poemas, cantigas, parlendas, adivinhas), livros de imagens e livros de história em quadrinhos; PNBE Periódicos, que avalia e distribui periódicos de conteúdo didático e metodológico para as escolas da educação infantil, ensino fundamental e médio; e o PNBE do Professor, que tem por objetivo apoiar a prática pedagógica dos professores da educação básica e também da educação de jovens e adultos por meio da avaliação e da distribuição de obras de cunho teórico e metodológico.



## APRESENTAÇÃO DAS PROFESSORAS ENTREVISTADAS

A entrevista realizada com as professoras de ensino fundamental se baseou em um questionário desenvolvido junto à turma de Literatura Infantil do sexto período do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, *Campus* de Três Lagoas, sob responsabilidade do Professor Dr<sup>o</sup>. Christian Muleka.

O questionário era composto por uma apresentação do respondente e quatro questões que se baseavam há quanto tempo lecionava, quais livros eram escolhidos para serem lidos para as crianças em sala de aula, observando-se o critério de escolha das obras e se há, por parte do docente, a tratabilidade das questões sobre diversidade durante esse trabalho de leitura, focando o olhar na contribuição à luta contra o preconceito.

As questões construídas junto a turma do sexto semestre de Pedagogia da UFMS/CPTL e elencadas para o questionário foram as seguintes:

Apresentação do (a) entrevistado (a): Idade, formação e quanto tempo de trabalho.

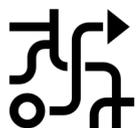
- 1- Quais são os livros lidos para as crianças?
- 2- Existe algum critério na escolha? Se sim quais?
- 3- Você leva em consideração questões como gênero, sexualidade, étnico racial, classe social ou faixa etária?
- 4- Você acha que os livros podem colaborar nas discussões contra os preconceitos?

Na escolha dos profissionais de educação entrevistados (as), optamos por entrevistar uma professora da rede municipal de Ilha Solteira, residência de um dos autores do texto, e uma professora da rede municipal de Três Lagoas, residência do outro autor.

As duas entrevistadas foram escolhidas com base nos seguintes critérios: a professora de Três Lagoas está desenvolvendo um projeto étnico-racial no momento da escrita do artigo; já a de Ilha Solteira está cursando mestrado e desenvolvendo pesquisas sobre diversidade étnico-racial a partir do olhar dos currículos do município em que atua.

A primeira professora entrevistada, S. B., 42 anos de idade, é docente no município de Ilha Solteira, interior do estado de São Paulo, graduada em Letras com mais de 18 anos de profissão. Ela dá aulas de português no ensino fundamental e, atualmente, está em fase de finalização do seu mestrado em diversidade cultural e étnico-racial.

No processo de escolha dos livros, S. B. avalia que busca contemplar os mais diversos gêneros textuais ao longo do ano letivo – contos, fábulas, lendas e mitos, poemas, textos instrucionais, adivinhas e histórias em quadrinhos –, tendo em vista o plano de educação do município. Nesse processo de escolha, ela considera a faixa etária de seus alunos e a visão



diversificada, sem privilegiar apenas o eurocentrismo que a maioria das histórias infantis traz em seu contexto. Segundo ela, o acervo da escola preza somente por esse único modelo de história; por esse motivo, ela precisou investir em livros infantis que abordem visões diferentes das já repetidamente apresentadas nos materiais convencionais.

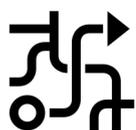
Nas questões de diversidade, S. B. acha mais do que importante evitar livros que consideram a superioridade do homem em relação à mulher, de uma etnia em relação à outra etc. Quanto às questões de sexualidade, ela avalia que a escola ainda não apresenta materiais do gênero para serem discutidos, o que infelizmente reforça a ideia de tabu em relação ao tema, que em nada contribui para o desenvolvimento sadio da criança e o conhecimento do seu corpo. Pequenas oportunidades como essa podem fazer a criança entender até que ponto uma ação é normal ou não, construindo em si a segurança necessária para que imponha limites quando se trata do seu corpo. A professora acredita que os livros são um importante canal no combate ao preconceito:

Sim, acredito que bons livros podem colaborar com as discussões sobre os diversos tipos de preconceitos no ambiente escolar e que essas discussões podem colaborar com a diminuição de preconceitos, racismo e intolerância. Entretanto, percebo pouco envolvimento das escolas nesse sentido. Não há formação continuada com essa finalidade, tampouco as bibliotecas escolares estão recebendo livros que contemplem essas temáticas (S. B., entrevista com os autores).

S. B., com mais de 18 anos de profissão, pondera que a escola não prepara os professores para tratar de questões como o preconceito, e que as bibliotecas apresentam descaso na aquisição de livros com temáticas que ajudem o professor e a criança a entenderem que o preconceito ocorre a partir da ausência de conhecimento do indivíduo sobre determinado assunto. Por isso, é importante levantar esse tipo de questão dentro de sala de aula, a fim de que a criança perceba que somos diferentes e não há nada de ruim nisso, muito pelo contrário.

A segunda professora entrevistada é H. F., de 41 anos de idade; formada em Pedagogia, exerce a docência há cerca de 15 anos. Atuante na rede pública do município de Três Lagoas (MS), ela considera que lê muitos livros para os seus alunos do ensino fundamental, baseando suas escolhas sobretudo por meio das coleções do Ministério da Educação, como o Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e o PNBE.

A docente considera que planeja as suas aulas considerando o trabalho em cima de um livro, aproximando seus alunos da cultura letrada. Ela não se pauta em questões étnico-raciais, de gênero, sexualidade, classe social ou faixa etária na escolha de seus livros e,



quando o faz, é sempre com um tema voltado especificamente a algum processo de socialização compartilhado entre seus estudantes. A professora considera ainda que os livros são de suma importância para que as crianças entendam os assuntos mais densos da sociedade; escolher a literatura para desenvolver esse trabalho permite que a criança compreenda o mundo que a rodeia a partir da fantasia mágica que existe nos livros.

Percebemos entre as duas docentes uma disparidade de interesses no que se relaciona à abordagem das questões étnico-raciais trabalhadas em sala de aula. Enquanto uma faz disso prática corriqueira em seu plano, a outra utiliza os livros para planejar suas aulas, mas sem considerar a representação social que o livro pode trazer às crianças. Aproximar a criança do mundo letrado é importante, mas essa aproximação deve ser feita com base em materiais selecionados e que permitam à criança compreender a diversidade do mundo que a cerca.

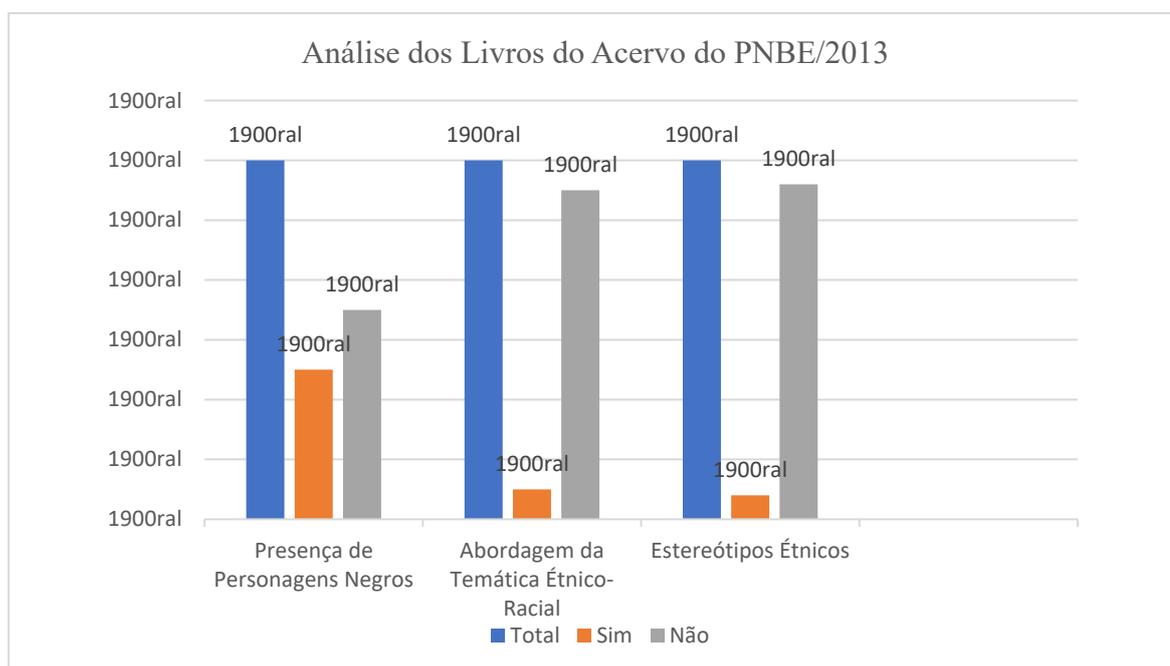
A escola deve ser a responsável pela adição desses materiais em seu arsenal, e não o professor o responsável por buscar algo a partir do seu interesse. A instituição educacional deve estar pronta e preparada para capacitar seu corpo docente a partir de cursos e materiais que possibilitem aproximar a temática à realidade da escola, já que o Brasil é composto por vários povos de diferentes grupos e que formam uma nação rica e mista. Considerar o diferente é obrigação do ser humano – e livros, histórias, contos e fábulas têm papel de suma importância na construção de um indivíduo não alienado, capaz de enxergar o outro como um semelhante seu.

## **OS LIVROS DO PROGRAMA NACIONAL BIBLIOTECA DA ESCOLA – PNBE/2013**

Com base nas falas das professoras, percebemos a necessidade de buscar, nesses materiais disponibilizados às crianças pelo Ministério da Educação, a representatividade étnico-racial na literatura infantil – e se esses livros têm se pautado em temáticas sociais cuja discussão é necessária dentro da sala de aula a fim de formar indivíduos sociais empáticos. Em nossa análise, nos atentamos a seis pontos durante a leitura do livro.

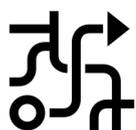
O primeiro é o título e a representatividade que ele pode trazer só no primeiro olhar da criança para o livro, buscando compreender a escolha do autor para tratar de questões étnico-raciais. Depois disso, focamos no ano de publicação do livro e na editora, fixando o marco da Lei nº 10.639/2003 como precursor na abordagem da temática dos materiais que adentrariam as escolas.

Os últimos três pontos baseiam-se na história contada pelo livro e se, nela, existem personagens de mais de uma etnia – africana, oriental, asiática ou ocidental –, mas sempre nos atentando para a presença do negro e do indígena na história, e como eles são retratados dentro do contexto narrativo; se há abordagem étnico-racial por parte da história, seja para empoderar, seja para difamar uma imagem; e, ainda, se há estereótipos étnicos construídos em cima dos personagens. Tais apontamentos podem ser observados a partir da análise do gráfico 1, que se encontra logo a seguir:



Fonte: elaborado pelos autores com base na análise documental

Dentre os 60 livros analisados em busca de conteúdos sobre diversidade étnico-racial, apenas 25 deles apresentam personagens afro, independentemente da temática abordada. Levantamos essa questão porque é importante considerar que o livro que a criança vai manusear represente a sua realidade, a realidade do seu país; portanto, é imprescindível que todos representem a população brasileira como ela é: diversa. Mais da metade da população brasileira (cerca de 54%) é negra, segundo dados do Centro de Estudo das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT); um livro que deixa de representar isso acaba por afirmar um comportamento que não queremos propagar: a negação da presença do negro e do indígena em nosso país. Negar a nossa cultura é negar quem somos e, principalmente, desconsiderar o chão construído com tanto suor e sofrimento por um povo que foi tirado do seu seio.



A maioria das histórias é composta por personagens do mundo animal, fenômeno da figurativização, que vão desde insetos até grandes mamíferos. É possível utilizar uma série de artimanhas para discutir sobre a diferença com as crianças. No livro *A joaninha que perdeu as pintinhas*, por exemplo, a personagem principal sofre uma crise de identidade devido à perda de suas pintas; por causa disso, seus amigos e familiares deixam de reconhecê-la. Podemos apontar quão singela foi a ideia do autor, ao considerar a importância de aceitarmos as nossas características do modo como elas são, pois fazem parte de nossa identidade e constroem o que somos. A partir desse contexto, podemos abordar a aceitação do meu cabelo, da minha cor, do meu nariz, entre tantas outras características fenotípicas dos seres humanos.

Esse livro não aborda uma temática étnico-racial nítida, mas permite que o professor desenvolva temas transversais como o mencionado acima. Apenas cinco dos 60 livros abordam a temática étnico-racial de forma explícita, o que é muito valioso para ser observado por uma criança, pois permitirá a construção de um comportamento de aceitação do mundo ao seu redor e de suas diferenças desde muito cedo.

No entanto, o professor pode utilizar de forma inteligente o viés de algumas histórias, construindo o seu trabalho de diversidade étnico-racial com base em livros não propriamente feitos para isso. Um exemplo são os livros paradidáticos como *A Abelha, Para que serve o ar? Que delícia de bolo*, entre outros, que podem levar o professor à quebra de paradigmas junto com as crianças. No primeiro mencionado, por exemplo, o professor pode levar as crianças a refletirem acerca da liquidez da sociedade humana contra a rigidez e imobilidade da colmeia de abelhas e, a partir disso, fazer a criança entender que nenhum de nós tem um lugar definido na sociedade – muito pelo contrário: diferentemente das abelhas, somos capazes de ocupar lugares diferentes dentro de um grupo, pois não há autoridade que defina o que você é ou o que deve fazer qualquer que seja sua raça, etnia, religião ou orientação sexual.

No livro *A Bola Dourada*, o brinquedo de mesmo nome viaja o mundo passando por lugares como a África, por exemplo; mas nas ilustrações, há uma ausência de qualquer personagem negro. Esse comportamento, de exclusão de outras diversidades além da branca, percebemos em vários exemplares da coleção, como nos livros *Música no Zoo*, *O Mundinho Azul*, *O Pequeno Paraquedista*, *O que Ana sabe sobre alimentos saudáveis*, entre tantos outros. Essa exclusão de outras etnias, por mais suave que seja, contribui para que a criança construa o mesmo comportamento nos seus círculos de amizade. Sabemos que a literatura é um dos principais mecanismos utilizado desde a Antiguidade para “adestrar” a



sociedade, desde a mais tenra infância, e essa prática permanece atualmente. Apresentar para a criança o leque de diferenças entre as pessoas no livro, ajuda na construção da identidade e na concepção do entendimento do outro como similar a mim, derrubando os mitos de superioridade entre as pessoas.

Existem exemplares da coleção que apresentam também o negro em minoria, como no caso dos livros *Turma da Mônica: Folclore Brasileiro* e *Beleléu e os Números*, entre outros. Destacamos esses dois porque a Turma da Mônica tem sido o carro-chefe do entretenimento infantil para a população brasileira desde o século XX, e só recentemente incluiu entre os seus personagens um menino negro – Jeremias, além do destaque totalmente estereotipado em cima da figura do Cascão, um menino negro e sujo. É imprescindível considerar que, num país onde mais de 50% da população é negra ou afrodescendente, os negros deveriam estar representados em maior número nos livros ou dentro do núcleo principal; afinal, ninguém quer ser aquele que aparece de vez em quando em uma história ou outra.

Os casos de estereótipos, mesmo raros, ainda existem, mas devem ser evitados dentro da sala, pois contribuirão com ideias clichê que em nada colaboram para a destruição de comportamentos preconceituosos. Em *Beleléu*, por exemplo, destacamos a ideia acima mencionada, em que o personagem é o único negro da história e apresenta um aspecto sujo, além de ser bagunceiro e teimoso. Pode ser que a escolha não tenha sido intencional, mas a nossa sociedade vive numa ideia de uma democracia racial que não existe; construir estereótipos em personagens de histórias infantis contribui para a propagação de construções culturais falsas. O fato de associar o preto ao lobo mau na maioria das histórias de Chapeuzinho Vermelho, como no caso do livro *Chapeuzinho Vermelho e as Cores*, contribui para essa disseminação. Associar o preto a algo ruim e detestável é também sinônimo de preconceito. Fenótipo não define maldade, classe, comportamento ou caráter.

Numa outra forma de contar a mesma história, destacamos o livro *Mamãe é um Lobo*, em que, quando a mãe da personagem vira um lobo, ele não é preto, o que nos permite considerar o que foi mencionado acima. O mais sutil do comportamento e da aparência será sempre percebido pela criança; por isso, é imprescindível saber o que será apresentado a ela.

Destacamos também o singelo trabalho no livro *Sofia, a Andorinha*, que nos propõe a abordagem da deficiência como algo não limitante a partir de seu personagem principal. Quando tratamos de diversidade, devemos considerar a inclusão de negros, mas também de indígenas, deficientes, idosos, entre outros grupos. A nossa sociedade é rica e diversificada; por isso, é importante considerar a abrangência que ela alcança até mesmo nas histórias



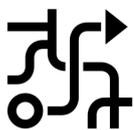
infantis, pois o professor, o escritor e o desenhista formarão a cabeça e as concepções de mundo dos futuros cidadãos que tomarão as rédeas desse país. Por isso, devemos desde muito cedo fazê-los compreender a diferença como parte integral da funcionalidade da sociedade.

Há na coleção livros que apresentam grande diversidade entre os personagens, ou nos quais todos são negros, ou que abordam a temática étnico-racial em seus enredos – como, por exemplo, *O menino Nito*, *O grande e maravilhoso livro das famílias*, *Família Alegria*, *A velhinha na janela*, *Maracatu*, entre outros. Fica aqui o exemplo a ser seguido. O Brasil é composto majoritariamente por negros ou afrodescendentes, e, nada mais justo do que retratar isso nos livros infantis – já que, se considerarmos as pessoas que compõem a nossa sociedade, o branco é quem teria que aparecer de forma muito singela em representações cotidianas, não o contrário.

O acervo analisado faz parte do PNBE/2013, vinculado ao Pacto Nacional na Idade Certa (PNAIC), cujo objetivo é viabilizar aos professores um momento de formação em que o uso das obras literárias tenha destaque. Para tanto, os professores revisitaram conceitos importantes, como livros literários, didáticos e paradidáticos, para que pudessem, a partir dessas definições, buscar na literatura a possibilidade de desenvolver um trabalho reflexivo importante para além de um ensino conteudista, orientado também para a formação humana, que respeita e valoriza as diferenças. O olhar para as obras foi potencializado através do conhecimento dos recursos literários que, implicitamente, permeiam algumas histórias e garantem a possibilidade de o docente enriquecer sua prática com reflexões sobre assuntos densos e importantes de forma lúdica, com linguagem acessível – com o objetivo de promover uma educação preocupada em alcançar uma sociedade mais justa e equitativa.

## CONCLUSÕES

Percebemos, até aqui, que as professoras têm buscado incluir da forma que consideram adequada a discussão da temática étnico-racial em suas salas de aula a fim de obter o resultado esperado, de acordo com o que a Lei nº 10639/2003 preconiza: a identificação do negro como pilar fundamental da estruturação da sociedade brasileira. Entretanto, as docentes têm encontrado dificuldades para obter esses livros, pois a escola deixa de investir na compra de materiais que tratem do assunto. Quando voltamos o nosso



olhar para o material oferecido pelo Ministério da Educação, percebemos uma inserção desse grupo social nos livros oferecidos, ainda que timidamente.

Parece-nos que a lei de cotas tem sido aplicada inclusive nas ilustrações dos livros, como se o negro tivesse que brigar por algo que é representativo de sua história: o reconhecimento de sua importante participação na composição do Brasil. Os livros comprados e oferecidos às escolas, por vezes, são reproduções de materiais estrangeiros, que muitas vezes diferem da realidade aqui vivida. Ao adquirir um livro para a coleção do PNBE ou PNAIC, é interessante estar atento à representatividade dessa parcela da sociedade nas histórias; se o livro for essencial para a coleção, que pelo menos as suas ilustrações sejam repensadas para retratar a realidade de nossa sociedade.

O professor e a educação são os principais motores de construção de uma sociedade mais justa e com diferenças menos gritantes. Por mais que a escola esteja reproduzindo um comportamento imposto por um sistema capitalista opressor, o docente deve ter por obrigação lutar contra todo e qualquer tipo de cultura social que acentue as diferenças e propague os preconceitos dentro da comunidade. A literatura infantil, fundante na formação do indivíduo, dialoga com o desejo de uma sociedade igualitária; se podemos começar por meio do lúdico, de boas estratégias de leitura e indicações literárias, que façamos agora, com urgência.

Com dizia Paulo Freire (2016), o mentor da educação para a consciência, a escola e a educação têm como objetivo ensinar o aluno a ler o mundo para que, a partir disso, ele possa transformá-lo. Com uma prática de sala de aula que seja capaz de desenvolver a criticidade dos alunos, na contramão do senso comum, é essa a visão que o professor deve ter como obrigação de transmitir aos seus estudantes. Devemos enxergar o mundo com um olhar crítico, considerando a diversidade que nos rodeia e criticando as aberrações capitalistas que propagam desigualdade, dor e sofrimento para os menos abastados.

A escola deve possibilitar ao aluno o contato com o livro de literatura, pois trata-se de um importante objeto cultural, que possibilita um modelo de educação no qual a transmissão de saberes acumulados sirva de subsídio para o aluno posicionar-se de forma crítica, reelaborando esses conhecimentos e reorganizando-os dentro do contexto social atual, com sua pluralidade de concepções e de modos de ser, estar e ressignificar a vida. Quanto maior for o contato do leitor com obras literárias, mais conhecimento ele terá sobre a diversidade cultural existente e, conseqüentemente, mais respeito e valor atribuirá a ela.

O professor precisa estar atento para perceber indícios de preconceito e discriminação racial nas obras utilizadas em sala de aula, excluindo aquelas que possam



sugerir alguma forma de elitismo racial ou de proposta mal resolvida de democracia racial. É importante estar atento às formas mais sutis de reiteração da inferiorização dos personagens negros, permeando o cotidiano escolar com literaturas que tematizem a cultura afro-brasileira e os personagens de forma positiva, visando ao enfrentamento de práticas pedagógicas de homogeneidade e racismo.

## REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ARBOLEYA, Valdinei José. O negro na literatura infantil: apontamentos para uma interpretação da construção adjetiva e da representação imagética de personagens negros. 27 de abril. 2013. *Portal Geledés*. Disponível: <https://www.geledes.org.br/o-negro-na-literatura-infantil-apontamentos-para-uma-interpretacao-da-construcao-adjetiva-e-da-representacao-imagetica-de-personagens-negros/>. Acesso em: 16 de maio de 2020.

BAKTHIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 dezembro 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, ano 134, n. 248, 23 dez. 2003. Seção 1, p. 27.833-41.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade de temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, ano 140, n. 8, 10 jan. 2003. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília: MEC, 2004.

BUENDGENS, Jully Fortunato; CARVALHO, Diana de. O preconceito e as diferenças na literatura infantil. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 41, n. 2, p. 591-612, 2016.

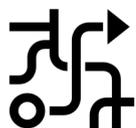
CABRAL, Gladir da Silva; MARTINHAGO, Daiane Barreto; CAROLA, Carlos Renato. A representação do negro na literatura infantil contemporânea Brasileira. *Revista Educação e Cultura Contemporânea*, v. 15, n. 40, p. 274-99, 2018.

COSTA, Marta Morais da. *Literatura Infantil*. Curitiba: IESDE, 2008.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

LIMA, Ivan Costa; ROMÃO, Jeruse; SILVEIRA, Sônia Maria. *Os negros, os conteúdos escolares e a diversidade cultural II*. Florianópolis: Núcleo de Estudos Negros, 1998. (Série Pensamento negro em educação, v. 4).

MEIRELES, Cecília. *Problemas de literatura infantil*. Rio de Janeiro: Summus, 1984.



RAMOS, Flávia Brocchetto; PAIVA, Ana Paula Mathias. A dimensão não verbal no livro literário para criança. *Revista Contrapontos - Eletrônica*, v. 14, n. 3, p. 425-47, 2014.

STREET, Brian. *Lectura, Escritura y Matemáticas como prácticas sociales: Diálogos desde los Estudios Latinoamericanos sobre Cultura Escrita*. México: Siglo XXI, CREFAL (Centro de Cooperación Regional para la Educación de Adultos en América Latina y el Caribe), 2000.

Recebido em: 07/11/2020

Aprovado em: 05/12/2020